

Sem oitiva de Stefânia, CPI é prorrogada por mais 120 dias

EM SÃO CAETANO

CPI que investiga dívida deixada por Auricchio terá mais 120 dias de prazo

A Câmara de São Caetano prorrogou por mais 120 dias a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida. O motivo foi a ausência da ex-secretária da Fazenda Stefânia Wludarski, que, convocada, não foi depor. Depois, conseguiu no Supremo Tribunal Federal medida que impediu sua condução coercitiva. Os vereadores entendem que ela é peça-chave para entender o passivo de R\$ 1,15 bilhão deixado pela gestão de José Auricchio Júnior (PSD).

Política 3

Sem oitiva de Stefânia, CPI é prorrogada por mais 120 dias

Presidente da comissão diz que a Procuradoria estuda medida em relação à decisão de Toffoli

ANGÉLICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

A Câmara de São Caetano aprovou ontem a prorrogação por mais 120 dias da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida. O prazo para entrega do relatório se daria antes do retorno do recesso de fim de ano, em fevereiro de 2026. Com isso, os integrantes da comissão – vereadores César Oliva (PSD), presidente, Edison Parra (Podemos), relator, e Marcel Munhoz (Progressistas), proponente – decidiram antecipar o pedido de dilação da data.

O motivo alegado para a prorrogação dos trabalhos, segundo o grupo, foi a ausência de Stefânia Wludarski, secretária da Fazenda na gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), em audiência na Câmara no último dia 19, para a qual foi convocada a fim de

que prestasse esclarecimentos sobre a dívida de R\$ 1,15 bilhão deixada para a gestão Tite Campanella (PL).

Edison Parra afirmou que a CPI continua na tentativa de se concretizar a oitiva com a ex-secretária. “Queremos ouvir não só ela, como outras pessoas, talvez até o ex-prefeito. Não faltaria oportunidades para os responsáveis explicarem e tirarem nossas dúvidas, especialmente as minhas, que sou o responsável pelo relatório final”, destacou o relator.

O depoimento, entretanto, foi dificultado por decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli. Apontada como peça-chave da CPI da Dívida, após buscar em várias instâncias da Justiça o direito de participar da oitiva como investigada e não como testemunha, Stefânia conseguiu suspender a condução coercitiva aprovada na Câmara.



NA CÂMARA. Ampliação do prazo da Comissão de Inquérito foi aprovada por maioria na sessão de ontem

ra. No despacho desta segunda-feira (1º), Toffoli afirmou que, embora a CPI sustente que Stefânia seria ouvida como testemunha, ela vem sendo tratada como investigada, o que viola o rito legal. Por isso, determinou que “a paciente está dispensada da obrigação de comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de São Caetano”.

Na decisão, Toffoli também garantiu salvo-conduto a Stefânia ao dar o direito de “não ser obrigada a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação a fatos que possam implicar sua responsabilização pessoal e/ou profissional, bem como a inviabilidade de a reclamante ser submetida a qualquer medida privativa de liber-

dade ou restritiva de direitos em razão do exercício das prerrogativas aqui garantidas”. Presidente da CPI, César Oliva afirmou que o Jurídico da Casa está estudando a possibilidade de embargos ou outro mecanismo em relação à decisão de Toffoli. “Encontramos algumas outras decisões do mesmo ministro que podem ser avaliadas, em situações muito semelhantes”, pontuou o possedista.

VOTO CONTRÁRIO

O vereador Matheus Gianello (PL) foi o único voto contrário à prorrogação da CPI. Segundo o liberal, a manutenção e as decisões da Comissão Parlamentar de Inquérito são equivocadas. Gianello questionou a contratação da Fundação (Fundação para Pesquisa e De-

envolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), que fez a auditoria nos 14 mil páginas de documentos sob análise da CPI, e acusou o grupo de ser mais político do que técnico.

Parra rebateu as declarações, afirmando que, como Gianello era secretário de Planejamento na gestão passada, tem de proteger Auricchio. “Ele falou um monte de processos abertos sobre a contratação da Fundação. Pode abrir quantos inquéritos quiserem, não muda o mérito da CPI. Não muda os cancelamentos, as liquidações e as pedaladas. Não muda despesa sem empenho. Não muda tudo que foi feito e assinado pela Stefânia”, afirmou Parra.

O Diário não localizou a ex-secretária ou sua defesa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: Capa + página 3